

A PANDEMIA COVID-19: QUE IMPACTO NAS ÁREAS DA SEGURANÇA E DEFESA?

Helena Carreiras

Esta é a primeira de diversas publicações do Instituto da Defesa Nacional nas quais iremos acompanhar o desenvolvimento da crise mundial produzida pela pandemia COVID-19 com análises e reflexões para melhor conhecer a realidade, lançar o debate e apoiar intervenções e políticas de resposta. Perguntámos a investigadores e colaboradores do Instituto da Defesa Nacional qual o impacto desta crise nas respetivas áreas de investigação. Acelera, reverte ou transforma tendências? Que cenários permite antecipar? Que reflexões suscita? Eis as respostas que obtivemos.

CISNES NEGROS

Carlos Gaspar

A EUROPA E AS CRISES

Isabel Ferreira Nunes

RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

Vasco Rato

PANDEMIA E GUERRA

António Paulo Duarte

O PROBLEMA DOS CONFLITOS ARMADOS NO SUL GLOBAL PERANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Maria Francisca Saraiva

ÁFRICA E O COVID-19

Pedro Seabra

COVID-19 SERÁ UM NOVO 11 DE SETEMBRO? IMPACTO DA PANDEMIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Bruno Cardoso Reis

A PANDEMIA COVID-19 E A SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA

Patrícia Daehnhardt

TERÁ O COVID-19 IMPACTO NA CIBERSE- GURANÇA E CIBER-RESILIÊNCIA?

João Barbas

A PANDEMIA COVID-19: QUE IMPACTO NAS ÁREAS DA SEGURANÇA E DEFESA?

“Cisnes Negros”

Carlos Gaspar

A epidemia do novo coronavírus não é um “cisne negro”. Não é por sua causa que nada vai mudar no sistema internacional, mas o vírus pode ser um acelerador das mudanças dos últimos dez anos, patentes na erosão da ordem liberal internacional.

A primeira mudança é o fim da globalização - a tendência dominante, desde a Grande Recessão, é a “desglobalização”, mais do que a “desocidentalização”. As respostas à crise financeira internacional e à crise do Euro foram respostas protecionistas, que marcam a força da tendência de regionalização, por oposição à integração internacional que culminou com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, pela mão dos Estados Unidos. Com efeito, a crise da ordem liberal está a dar lugar ao regresso da competição entre os Estados Unidos, a China e a Rússia, que têm vocação para delimitar as suas esferas de influência em grandes espaços regionais. Paralelamente, a crise do coronavírus iluminou os perigos da interdependência entre as economias industriais avançadas e a economia chinesa. Nenhum Estado digno desse nome pode continuar a depender da China em bens essenciais para a sua segurança e, mais uma vez, a tendência dominante, anterior à epidemia que se iniciou em Wuhan, vai no sentido do desacoplamento das economias avançadas e da economia chinesa, no caso dos Estados Unidos, como no da União Europeia.

A Europa tem uma oportunidade única, talvez irrepetível, para se reindustrializar e recuperar a sua competitividade em domínios convencionais - os transportes aéreos, os comboios, a construção naval - e inovadores - a Ericson e a Nokia estão na primeira linha da tecnologia 5G, os edifícios inteligentes e a transição energética são prioridades europeias. No mesmo sentido, o desacoplamento pode permitir um investimento inteligente na industrialização africana, que tem menos riscos do que a dependência excessiva em relação a uma grande potência expansionista.

A Europa e as Crises

Isabel Ferreira Nunes

A declaração de pandemia tem convocado receios e mobilizado o sentido coletivo na resposta a uma crise cujas causas não resultam do “mau desempenho fiscal” ou do “elevado *deficit* público”. As suas causas desconhecidas e de consequências imprevisíveis impõem repensar o peso do setor da saúde, da investigação, da educação, da defesa e da segurança no quadro dos orçamentos nacionais e no plano negocial europeu. A crise obrigou a repensar o equilíbrio entre a preservação dos princípios fundadores do projeto europeu e a invocação de exceções, mesmo quando estas limitam alguns desses princípios, como o da liberdade de circulação de pessoas. A resposta da Comissão Europeia à disseminação do COVID-19 traduziu-se

em cinco orientações: assegurar o fornecimento de equipamentos de proteção e outros equipamentos médicos; flexibilizar as regras fiscais da União; criar uma “Iniciativa de Investimento na Resposta ao Coronavírus” fomentadora da injeção de liquidez nas PME e na saúde; fornecer orientações sobre medidas fronteiriças na proteção da saúde, salvaguardando o princípio da livre circulação de mercadorias e limitando a circulação de pessoas dentro da União. Aos setores mais arduamente atingidos pela crise, como o da saúde e o das PME, a Comissão garante o apoio com recursos financeiros de auxílio imediato, como a “Iniciativa de Investimento na Resposta ao Coronavírus”, que disponibilizará 37 biliões de euros ao abrigo das políticas de coesão da União e a possibilidade de transferência de fundos comuns de outras áreas setoriais. Fará certamente uso de competências regulativas para consensualizar orientações comuns no espaço europeu. Finalmente, fez valer o seu peso institucional ao constituir um conselho de epidemiologistas e virologistas que apoiarão a investigação científica e avaliarão cenários de evolução da pandemia, concorrendo para a implementação comum de estratégias de mitigação da crise.

A propensão para a narrativa da culpa e da vitimização, para a manipulação da verdade, para a infração das normas internacionais, para a adoção de práticas inibidoras da circulação de bens essenciais à contenção da crise sinalizam uma expressão negativa